

OS FINS DA POLÍTICA?

*Patrícia Fontoura Aranovich*²

Resumo: O texto pretende comentar, de modo não estritamente acadêmico, à luz do pensamento de Maquiavel, as (im)possibilidades da política no momento de retração da liberdade.

Palavras-chave: Maquiavel – Corrupção – Liberdade – Tirania – Participação popular

Diante da proposta do tema, resolvi adotar, para entender a ideia de fim, o sentido de finitude, de mortalidade, por julgá-lo mais adequado ao momento. Na última *Jornada*, falamos de resistência, que não ocorreu³, então hoje podemos falar com propriedade da sua consequência natural.

Penso que se pode afirmar que a política termina. Que ela perece. Não apenas no sentido do fim da civilidade formal, mas da vivacidade do povo. Os grandes não se cansam do negócio público, eles nunca se afastam realmente, apenas fingem que o fazem. Que vão embora. Que querem viver desenraizados. Como se pudessem se nutrir de algo mais do que daquilo que conseguem extrair por suas raízes.

O povo sim, ele pode ensurdecer, ele pode emudecer, ele pode cegar-se, e se afasta completamente. Para uns, pelo medo e pela urgência dos assuntos imediatos. Para outros, pela alienação ensimesmada, autocentrada e narcisista da impotência real ou imaginária, e frequentemente de ambas, quando o velamento dos sentidos traz a hipersensibilidade dos corpos.

Em todos os casos, há o retorno brutal à privacidade. Para a caridade própria. E, sempre que as condições sociais permitem, para a autoindulgência. Para a generosidade para consigo mesmo. Para uma ética sem objeto externo. Para um imediatismo cego, surdo, mudo. O esquecimento de si e dos outros. O abandono completo da ideia de gratidão e, ao fim e ao cabo, da morte do próprio amor de si, que não sobrevive em tamanha aridez. Mas essa morte é suave, é cômoda, é autoindulgente; essa morte respeita meus limites e desejos imediatos. É preciso admitir que a ideia de “zona de conforto” é bastante adequada para

² Professora adjunta do Departamento de Filosofia da EFLCH-UNIFESP. E-mail: patricia.aranovich@unifesp.br

³ A *II Jornada de Filosofia Política dos Cadernos de Ética: Intervenção e Resistência* ocorreu em 2016, em um quadro de aprofundamento da crise política que se inicia em 2013.

descrever isso. Uma zona de conforto política, ainda que não necessariamente socioeconômica, mas, por vezes, isso também⁴.

Podemos pensar os fins da política como uma multiplicidade de finitudes. Mesmo que, poderíamos dizer tecnicamente, a política só se encerre, definitivamente, com a exclusão de toda civilidade, isto é, de todo resquício de legalidade e legitimidade, entretanto, bem antes disso, ela pode ir se esvaindo, mais ou menos suavemente, até o ponto que dela só reste uma carapaça com uma transparência que deixa até mesmo que os mais cegos entrevejam a brutalidade das ações que movem o que resta da república. Ações essas que já não mais podem ser denominadas políticas por visarem sua destruição, até que já não mais reste *res publica*. Eles permanecerão, ou melhor, nós permaneceremos surdos e mudos, pois convencidos de que não há nada a fazer exceto reclamar por vezes. A suavidade da dissolução da civilidade, por sua vez, é relativa, visto que nos embrutecemos tanto em nossa imersão na vida privada que aquilo que antes seria impensável e insuperável se torna mais do mesmo.

Para pensar o fim da política, ou qualquer outra coisa, preciso retornar a Maquiavel, que, como meu *maître à penser*, me ensinou a esperar e a desesperar da política, da cidade, da república e do povo. Assim como ele perguntava aos antigos, eu pergunto a ele que, não tão gentilmente como aqueles, me responde.

A leitura dos *Discorsi* nos coloca inicialmente em um estado de entusiasmo com as possibilidades da política, pelo elogio da desarmonia e da liberdade que se implicam mutuamente, de entusiasmo com a vitalidade da república. Mas, ao prosseguir a leitura nós somos confrontados aqui e ali com a fragilidade da vida política, ou melhor, com as suas fraquezas congênitas ou adquiridas ao longo do tempo e pelas doenças, além dos maus médicos e dos péssimos remédios. Isso geralmente ocorre quando Maquiavel analisa, contra o espelho de Roma, o reflexo distorcido da sua cidade. A cidade que deveria ser Roma, mas cujos fundamentos não permitiam que fosse.

É na *História de Florença* que nos defrontaremos com a inversão do discurso tradicional do elogio das cidades e onde, mesmo que em muitos momentos tente enaltecer a grandeza de Florença, de seus cidadãos e de seus feitos, Maquiavel nos apresentará a uma narrativa em que sobressai uma consciência retroativamente formada da experiência do fracasso. O fracasso da cidade que nasce da servidão e que nunca alcançará a liberdade e a grandeza, que estará sempre aprisionada pela pequenez daqueles grandes que tão poucas vezes transcendem, em suas ações, a utilidade própria. Esse fracasso é o que Maquiavel chamará de corrupção. O passo seguinte, talvez o único que reste, é verificar quais as possibilidades desta república corrompida, visto que este é o caminho quando todas as terapêuticas de renovação foram infrutíferas.

Uma das análises mais importantes deste caso é feita por Maquiavel em um conjunto de três capítulos do livro I dos *Discorsi*. Embora tratem de casos diferentes, são todos pertinentes ao tema. Os capítulos 16 e 17 tratam do caso dos principados que se tornam repúblicas. O 16 se intitula: “O povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe, se por algum acontecimento se torna livre, dificilmente mantém a liberdade”. O título do capítulo 17 nos enche de esperança: “Um povo corrompido que se torne livre com enorme dificuldade se mantém livre”. Por fim, o capítulo 18, trata do caso da república: “De que

⁴ Outro nome, menos cínico, seria indiferença.

modo, nas cidades corrompidas, se poderia manter um estado livre que já exista ou ordená-lo, caso não exista”. Estes capítulos se comunicam, fazendo equivaler liberdade e ausência de corrupção.

Neste último capítulo, Maquiavel indica a possibilidade de graus de corrupção e escolhe como objeto de análise o caso extremo:

E pressuporei uma cidade extremamente corrompida, a fim de aumentar ainda mais tal dificuldade; porque não há leis nem ordenações bastantes para frear uma corrupção generalizada [*universale*]. Porque, assim como os bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes.⁵

Desta maneira, a corrupção que afeta as leis e ordenações⁶ e as torna ineficazes é precisamente a submissão da república aos poderosos, como podemos ver nas passagens seguintes, no caso da ordenação que concerne ao modo de candidatar-se:

Depois, no entanto, na cidade corrompida, esse modo tornou-se perniciosíssimo; porque as magistraturas não eram pleiteadas pelos que tinham mais *virtù*, e sim pelos que tinham mais poder; e os não-poderosos, ainda que virtuosos, abstinham-se de pleiteá-las, por medo.⁷

No caso da proposição das leis se dá o mesmo:

Mas, depois que os cidadãos se tornaram maus, a ordenação tornou-se péssima, porque só os poderosos apresentavam leis, não em favor da liberdade comum, mas do seu poder; e contra elas ninguém podia falar, por medo daqueles: de tal modo que o povo ou era enganado ou forçado a deliberar a sua própria ruína.⁸

Portanto, a corrupção coincide com o aumento da autoridade dos grandes e poderosos, com o medo e a conseqüente retração da participação dos demais, o que leva imediatamente à retração da liberdade comum. A tirania invade a república não na forma do

⁵ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro I, XVIII, p. 72.

⁶ “A ordenação do estado era a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis. Essas ordenações pouco ou nada variaram nos acontecimentos. Variaram as leis que refreavam os cidadãos – tal como a lei dos adúlteros, a lei suntuária, a lei da ambição e muitas outras –, à medida que os cidadãos se iam corrompendo. Mas, mantendo-se as ordenações do estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que se iam renovando, não bastavam para fazer que os homens continuassem sendo bons; no entanto, de muito valeriam se, com a sua inovação, também fossem reformadas as ordenações” (Cf. MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro I, XVIII).

⁷ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro I, XVIII, p. 73.

⁸ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro I, XVIII, p. 74.

nome do um, mas da dos muitos tiranos, pois a tirania é o outro nome do medo. Este é o caminho que leva ao fim da república ou à impossibilidade de reordená-la.

Passando então às possibilidades de solução, Maquiavel propõe inicialmente a via da reforma e a via da violência que se poderia pensar revolucionária, apenas para, ato contínuo, descartá-las:

Mas tais ordenações ou devem ser renovadas todas de uma só vez, tão logo se descubra que não são mais boas, ou aos poucos, antes que todos percebam seu inconveniente; digo que ambas as coisas são quase impossíveis.⁹

Ambas as possibilidades repousam na esperança de que surja um homem prudente, no caso da reforma, ou, no caso da renovação violenta, um homem bom disposto a fazer bem o mal, ou um homem mau disposto a fazer o bem¹⁰.

Das duas possibilidades, Maquiavel, como seria de se esperar, pensa ser mais efetiva a violência:

De tudo o que dissemos acima provém a dificuldade, ou a impossibilidade, de nas cidades corrompidas manter ou criar uma república. Mas, em se precisando criar ou manter uma, seria necessário, antes, reduzi-la ao estado régio do que ao estado popular; para que os homens insolentes que não pudessem ser corrigidos pelas leis fossem de algum modo freados por uma autoridade quase régia¹¹.

No caso da reforma, Maquiavel afirma:

para que elas sejam renovadas aos poucos, é preciso que isso seja promovido por um homem prudente, que perceba o inconveniente de antemão, quando ele nasce. Desse tipo de homem é fácil que nunca surja nenhum em dada cidade: e, mesmo que surgisse, pode ser que nunca persuadissem os outros daquilo que pretendesse.¹²

A esse acúmulo de improbabilidades, se acresce a fragilidade de confiar a república a um só homem — mesmo que excelente, mesmo que prudente, mesmo que esta seja a melhor possibilidade — hipótese que logo demonstra seus limites. A dependência da cidade de um homem se choca com a fragilidade própria da condição humana, pois, como ele afirma na

⁹ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro I, XVIII, p. 75.

¹⁰ A verdade é que só quando ocorre (o que é raro), para boa fortuna da cidade, o surgimento de algum cidadão sábio, bom e poderoso, que ordene leis capazes de aquietar os humores dos nobres e do povo ou de impedi-los de agir mal, é possível considerar livre tal cidade e estável e firme o seu estado; porque, depois de fundado em boas leis e boas ordenações, não necessitará, para manter-se, da *virtù* de um só homem, como os outros.

¹¹ Mesmo vocabulário utilizado no episódio de Rimiro de Orco, no capítulo 7 do *Príncipe*. MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro I, XVIII, p. 76.

¹² MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro I, XVIII, p. 75.

História de Florença, em uma análise semelhante¹³, os regimes corrompidos como a licença e a tirania apenas podem se manter “pela *virtù* e fortuna de um homem, que por morte pode vir a faltar, ou por fadiga pode tornar-se inútil”.

Assim, da perspectiva de Maquiavel, nenhuma república pode manter-se sem que dela se ocupe o universal, e é por isso que ele julga que a corrupção extrema — que se efetiva quando à retração dos muitos se segue a investida dos poucos, de cuja grandeza só resta o nome — é um estado irremediável.

THE ENDS OF POLITICS?

Abstract: the text intends to comment, in a not strictly academic way, in the light of Machiavelli's thought, the (im) possibilities of politics at the moment of retraction of freedom.

Keywords: Machiavelli – Corruption – Freedom – Tyranny – Popular participation

Referências bibliográficas

MACHIAVELLI, N. *Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio*. Milano: Rizzoli, 1984.

_____. *Tutte le Opere*. Firenze: Sansoni, 1992.

MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *História de Florença*. São Paulo: Musa Editora, 1994.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

¹³ A incapacidade de Florença em ordenar-se faz com que ela não seja verdadeiramente uma república, mas apenas seja administrada “sob o nome de república”. O estado de servidão, que é chamado tirânico, e o estado de licença são incapazes de se manter estáveis “porque um não agrada aos homens bons, o outro desagrade aos sábios; um pode fazer mal facilmente, o outro pode fazer o bem com dificuldade; em um têm demasiado autoridade os homens insolentes, no outro os tolos”. MAQUIAVEL, *História de Florença*, Livro IV, I.